

Local Porto

Planeamento Contam-se pelos dedos os pedidos de aprovação de novos loteamentos

Autarquia quer exportar para os centros cívicos das vilas o conceito de reabilitação que usou na cidade

NELSON GARRIDO



Câmara de Guimarães reduz um quinto da área destinada a construção no concelho

Na nova versão do Plano Director Municipal, nove vilas do concelho vão ter um papel reforçado na estrutura urbana para combater a dispersão que caracteriza a região

Samuel Silva

● Guimarães vai reduzir em mais de um quinto a área destinada à construção de habitações durante os próximos anos. A medida está contida na nova versão do Plano Director Municipal (PDM) que está em discussão pública até 14 de Fevereiro, após uma década em revisão. O documento prevê ainda que o papel das vilas seja reforçado como forma de combater a dispersão urbana no concelho.

No documento revisto, os responsáveis municipais decidiram reforçar a área florestal (mais 8,3%) de Guimarães, crescendo também os espaços

classificados como Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional. Pelo contrário, a versão agora apresentada atribui capacidade construtiva a cerca de 4400 hectares do concelho, o que corresponde a menos 21,4 por cento face à actual versão do PDM.

Os responsáveis do município justificam esta opção pelo facto de se registar uma “sub-ocupação de muitas zonas de construção”, especialmente por “falta de procura”. “Podemos contar pelos dedos de uma mão as propostas para a aprovação de novos loteamentos”, ilustra o presidente da Câmara, António Magalhães.

O PDM de Guimarães propõe uma

“zona habitacional mais regrada” e uma “maior controlo da dispersão”, pretendendo dar por isso um novo papel às nove vilas do concelho. “Devem ser valorizadas como elementos intermédios e intermediários entre a cidade e as freguesias”, acredita Filipe Fontes, arquitecto da Câmara de Guimarães. Os técnicos defendem também uma especialização das vilas como complemento à cidade, favorecendo o funcionamento em rede dos aglomerados populacionais, de forma a combater a dispersão urbana.

Essas localidades vão ser valorizadas durante o período de vigência do plano, com intervenções de valoriza-

ção patrimonial nos seus centros cívicos, usando as mesmas estratégias do centro histórico da cidade. “Queremos estender a todo o território o conceito de protecção que aprendemos a desenvolver e acarinhar”, assegura Filipe Fontes.

Plano difícil de cumprir

A tarefa não será fácil. “Se há área do país em que é difícil fazer planeamento é o vale do Ave e especialmente Guimarães”, recordou, durante a sessão de apresentação do PDM, há uma semana, o arquitecto Nuno Portas, que foi consultor da câmara ao longo deste processo. O profes-

or da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto entende que esta região é “mais complexa do que Lisboa e Porto, que têm mais população, mas onde está tudo feito”. Por isso, alerta para o facto de, apesar da força de lei do documento, poderem surgir imprevistos nos próximos anos que impeçam o seu cumprimento na totalidade.

O actual PDM de Guimarães está em vigor há 18 anos e a sua revisão arrasta-se desde 2002. As várias mudanças no titular da pasta do urbanismo no executivo municipal e as alterações do quadro legal atrasaram o processo.